OPEN ACCESS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PUCRS

VERITAS (PORTO ALEGRE)
Revista de Filosofia da PUCRS
Veritas, Porto Alegre, v. 70, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2025
e-ISSN: 1984-6746 | ISSN-L: 0042-3955

http://dx.doi.org/10.15448/1984-6746.2025.1.46544

SEÇÃO: *ÉTICA E FILOSOFIA POLÍTICA*

A caneta e a espada: Guilherme de Ockham e o decreto imperial *Cunctos Populos*[1]

The pen and the sword: William of Ockham and the imperial decree Cunctos Populos

La pluma y la espada: Guillermo de Ockham y el decreto imperial Cunctos Populos

William Saraiva Borges[2]
orcid.org/0009-0004-0924-9010
saraiva.borges@gmail.com

Recebido em: 11 jul. 2024.
Aprovado em: 8 abr. 2025.
Publicado em: 18 ago. 2025.

Resumo: O objetivo deste estudo é demonstrar que a noção ockhamiana de heresia possui um caráter político. Com efeito, é mediante a noção de heresia que, do ponto de vista teórico-argumentativo, Guilherme de Ockham empreendeu sua convicta defesa da Ordem dos Frades Menores e do Sacro Imperador Ludovico IV da Baviera, bem como sua contundente crítica ao Papa João XXII e seus sucessores. Ademais, enquanto conselheiro imperial, o *Venerabilis Inceptor* também orientou a conduta política do imperador, de modo que sua concepção de heresia embasou e justificou, filosoficamente, a deposição papal realizada pelo monarca. Assim sendo, a noção ockhamiana de heresia possui um caráter político não apenas no âmbito de sua *Opera Politica* (no que se refere às ideias ou teorias políticas), mas se reveste de um cunho político efetivo, na medida em que fundamentou a ação política concreta de um chefe de Estado.

Palavras-chave: Guilherme de Ockham; *Opera Politica*; Ludovico (Luís) IV da Baviera; João XXII; Heresia.

Abstract: The aim of this study is to demonstrate that the Ockhamist notion of heresy has a political character. In fact, through the notion of heresy, from a theoretical-argumentative point of view, William of Ockham undertook his decisive defense of the Order of Friars Minor and of the Holy Emperor Louis IV of Bavaria, as well as his forceful criticism of the Pope John XXII and his successors. Furthermore, as an imperial adviser, the *Venerabilis Inceptor* also guided the emperor's political conduct, so that his conception of heresy philosophically supported and justified the papal deposition carried out by the monarch. Therefore, the Ockhamist notion of heresy has a political character not only within the scope of its *Opera Politica* (regarding political ideas or theories), but embodies with an effective political stamp, insofar as it founded concrete political action of a head of State.

Keywords: William of Ockham; *Opera Politica*; Louis IV of Bavaria; John XXII; Heresy.

Resumen: El objetivo de este estudio es demostrar que la noción ockhamista de herejía tiene un carácter político. De hecho, a través de la noción de herejía, desde un punto de vista teórico-argumentativo, Guillermo de Ockham emprendió su decidida defensa de la Orden de los Frailes Menores y del Sacro Emperador Luis IV de Baviera, así como su contundente crítica al Papa Juan XXII y sus sucesores. Además, como consejero imperial, el *Venerabilis Inceptor* también orientó la conducta política del emperador, de modo que su concepto de herejía fundamentó y justificó, filosóficamente, la deposición papal realizada por el monarca. Por tanto, la noción ockhamista de herejía tiene un carácter político no sólo en el ámbito de su *Opera Politica* (en lo que respecta a ideas o teorías políticas), sino que asume un aspecto político efectivo, en la medida en que fundamentó la acción política concreta de un jefe de Estado.

Palabras clave: Guillermo de Ockham; *Opera Politica*; Luis IV de Baviera; Juan XXII; Herejía.

Artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

[1] O presente trabalho, que originalmente fez parte da minha tese de doutorado, foi realizado com o apoio conjunto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS)

[2] Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil..

1 Guilherme de Ockham: filósofo, polemista e conselheiro político

Em 26 de maio de 1328, em companhia de alguns confrades e superiores franciscanos, Guilherme de Ockham foge de Avinhão (para onde se tinha transferido em 1324)[3]. Deixando a cidade francesa, dirige-se a Pisa, onde se encontra, em 21 de setembro de 1328, com Ludovico (ou Luís) IV da Baviera, Sacro Imperador Romano-Germânico, e coloca-se sob sua proteção. Durante esse encontro, Ockham teria dito ao Bávaro: *O imperator, defende me gladio et ego defendam te verbo (calamo) – Ó imperador, defende-me com a espada e eu te defenderei com a palavra (com a caneta)*[4]. Verdade ou lenda, o fato é que o imperador, com sua espada, realmente defendeu o *Menorita Inglês* da perseguição que o Papa João XXII encabeçava contra os Franciscanos Dissidentes; e Ockham, com sua pena, efetivamente fez a defesa teórica do monarca, na medida em que se tornou um filósofo político, um polemista e, sobretudo, um dos conselheiros do Sacro Imperador[5].

Com efeito, em 1330, seguindo o séquito do Bávaro, Ockham instala-se em Munique, e é a partir desse ano que escreve suas *Obras Políticas*, tanto aquelas que versam sobre o problema da pobreza evangélico-franciscana, como aquelas em que discorre sobre as relações de poder entre o Papado e o Império. Ora, diante desse cenário, é oportuna a seguinte pergunta: em que medida o pensamento político ockhamiano terá influenciado a ação política concreta do

---

[3] Conferir: EUBEL, Conradus (Ed.). *Bullarium Franciscanum*. Tomus V. Romae: Typis Vaticanis, 1898, nº 711, pp. 345-346; LEITE JUNIOR, Pedro. Posfácio – O processo contra Ockham em Avinhão. *In:* OCKHAM, Guilherme de. *Carta aos Frades Menores*. Curitiba: FASBAMPRESS, 2021, pp. 37-48. Para uma exposição detalhada acerca da vida e das obras do *Venerabilis Inceptor*, conferir: BOEHNER, Philotheus. The life of Ockham. *In:* OCKHAM, William [of]. *The Tractatus de Successivis*. Edited by Philotheus Boehner. New York: The Franciscan Institute, St. Bonaventure University, 1944, pp. 1-15; BAUDRY, Léon. *Guillaume d'Occam*: sa vie, ses œuvres, ses idées sociales et politiques. Tome I: L'homme et les œuvres. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1949; GHISALBERTI, Alessandro. A vida e a obra. *In: Guilherme de Ockham*. Tradução de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, pp. 15-36; SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. Os protagonistas – Guilherme de Ockham. *In: As relações de poder na Idade Média Tardia*: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham. Porto Alegre: EST; Porto: FLUP, 2010, pp. 95-105; PEÑA EGUREN, Esteban. A biografia como chave de compreensão da obra político-polêmica. *In: A Filosofia Política de Guilherme de Ockham*: a relação entre potestade civil e potestade eclesiástica – estudos sobre o *Dialogus, Pars III*. Tradução de Pedro Leite Junior e William Saraiva Borges. Pelotas: NEPFil-UFPel, 2020, pp. 89-137.

[4] João Tritêmio (1462-1516), em seu dicionário de escritores eclesiásticos, parece ter sido o primeiro a registrar o paradigmático acordo de mútua colaboração proposto por Ockham a Ludovico IV: "Qui ad Ludouicum Imperatore[m] æque excommunicatum fugiens, dixit ei: O Imperator, defende me gladio, & ego defenda[m] te verbo" (TRITTHEMIUS, Iohannes. *De scriptoribus ecclesiasticis liber unus*. Coloniae: Ex Officina Petri Quentel, 1546, p. 233). Em relação a essa emblemática declaração, Léon Baudry nos explica: "Si l'on croit Trithème et un chroniqueur du XIV[e] siècle, Guillaume aurait dit, un jour, à Louis de Bavière: 'Défends-moi par l'épée, je te défendrai par la plume'. Faut-il voir dans cette parole un de ces mots historiques qui n'ont jamais été prononcés? Il se peut. Mais, authentique ou non, elle caractérise assez bien, au moins dans un de ses aspects, la tâche à laquelle Guillaume allait consacrer les dernières années de sa vie. Cette tâche, il n'eut pas à la choisir; les événements lui traçaient son programme. Car il ne suffisait pas de déclarer Jean XXII hérétique. Il fallait prouver qu'il l'était et, pour donner apparence de rigueur aux raisons que l'on se proposait d'apporter, définir la règle de foi; préciser la notion d'hérésie; montrer que le pape pouvait, comme un simple croyant, errer en matière de doctrine; indiquer à qui il appartenait de juger s'il était ou n'était pas hérétique; dire quelles sanctions lui étaient alors applicables et qui avait qualité pour les prendre. Il ne suffisait pas non plus d'approuver l'attitude de l'empereur. Il fallait la justifier devant l'opinion publique et, à cette fin, rechercher quelles étaient l'origine, la nature et les prérogatives des deux puissances engagées dans le conflit. Dès le début de son séjour à Munich, Guillaume se rendit compte, non pas que ces problèmes se posaient, il le savait depuis l'année 1328, mais qu'il existait entre eux tous une étroite connexion" (BAUDRY, Léon. *Guillaume d'Occam*: sa vie, ses œuvres, ses idées sociales et politiques. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1949, pp. 124-125). Dentre os comentadores contemporâneos, no entanto, Émile Ammam e Paul Vignaux foram os primeiros a transmitir a notícia: "Le 8 juin 1328, Occam et les autres fugitifs arrivent à Pise. C'est au moment de la rencontre du frère mineur avec l'empereur que Trithème met dans la bouche de Guillaume le mot historique: *O imperator defende me gladio et ego defendam te verbo*. Prononcé ou non, ce mot résume au mieux l'activité d'Occam durant la dernière partie de sa vie" (AMANN, Émile; VIGNAUX, Paul. Occam. *In: Dictionnaire de Théologie Catholique*. Tome XI – Partie 1. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1931, coluna 869). Philotheus Boehner também faz menção ao fato: "On his return to Germany, Louis met Ockham and the other Franciscans at Pisa. From then on, the fate of Ockham and that of the King were intimately intertwined. [...] Louis, as we have seen, used every available weapon, even theology against the Pope. In his service were many theologians, the most famous of whom were Marsilius of Padua, and Ockham. Trithemius writes, in a frequently quoted passage, that at his frist meeting with the Emperor Ockham had said: 'O Imperator, defende me gladio, et ego defendam te verbo.' Although these words were never actually spoken, they yet express the actual situation. Ockham became the theological leader in the struggle between Pope and Emperor" (BOEHNER, Philotheus. The life of Ockham. *In:* OCKHAM, William [of]. *The Tractatus de Successivis*. New York: St. Bonaventure University, 1944, p. 10).

[5] Embora na obra de Tritêmio se leia *defendam te verbo* ("te defenderei com a palavra"), em alguns historiadores se pode encontrar frequentemente a expressão *defendam te calamo* ("te defenderei com a caneta/pena"). Conferir, por exemplo: VIER, Raimundo. Guilherme de Ockham: Filósofo e Teólogo Franciscano. *In:* GARCIA, Antônio (Org.). *Estudos de Filosofia Medieval*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: USF, 1997, p. 145: "Ao encontrar-se com Luís, Guilherme de Ockham teria declarado: 'O imperator, defende me gladio, et ego defendam te calamo', 'ó imperador, defende-me com a espada, que eu te defenderei com a pena'". Conferir ainda: FRAILE, Guillermo; URDÁNOZ, Teófilo. *Historia de la Filosofía.* Tomo II (2º). 4. ed. Madrid: BAC, 1986, p. 567: "Es la ocasión en que, al parecer, pronunció las famosas palabras: *Imperator, tu me defendas gladio, ego te defendam calamo*". No entanto, não me parece necessário adentrar nesse pormenor, pois essa divergência não representa nenhuma mudança significativa no sentido da suposta declaração, já que, no contexto da sentença, os termos "palavra" e "caneta" (ou "pena") têm o mesmo significado: em contrapartida à proteção da integridade física assegurada pela "espada" (isto é, "obras bélicas") do monarca, Ockham pretende oferecer-lhe um aporte filosófico-teológico através da "palavra", "caneta" ou "pena" (ou seja, "obras escritas").

imperador? Para que se responda essa questão, uma alternativa seria vasculhar os arquivos das bibliotecas europeias à procura de documentos (atas) que relatem as reuniões realizadas entre o Bávaro e seus conselheiros, na tentativa de encontrar alguma menção às possíveis orientações dadas pelo *Venerabilis Inceptor*.

Por outro lado, está editado, e recentemente traduzido ao português, o decreto *Cunctos Populos*[6], promulgado em Pisa, em 12 de dezembro de 1328, através do qual Ludovico IV depôs João XXII de seu múnus apostólico. Ademais, a *Opera Politica*[7] de Ockham está também integralmente editada e majoritariamente traduzida às línguas vernáculas. Assim sendo, uma exegese comparativa desse decreto imperial e das obras políticas ockhamianas poderá revelar em que medida os conselhos do *Venerabilis Inceptor* teriam sido concretamente seguidos e praticados pelo monarca aconselhado, de modo que a redação do referido decreto, de forma direta ou indireta, possa ser atribuída à pena do próprio *Menorita Inglês*[8]. Essa metodologia, ao que me parece, convém ser a adotada pelo pesquisador da Filosofia Medieval, e é esse caminho que, com efeito, percorro neste estudo.

2 O decreto *Cunctos Populos* de Luís IV da Baviera

Aos 18 de abril de 1328, em Roma, Ludovico (ou Luís) IV, tomando uma atitude radical, rompeu definitivamente com o Papado de Avinhão: além de depor o então Papa João XXII, também fez com que um novo pontífice fosse eleito para ocupar a Cátedra de Pedro:

> [...] em 14 de abril daquele mesmo ano [1328], o imperador ordenou a instalação de um tribunal para discutir a respeito da ortodoxia de João XXII. No dia 18, em sessão solene, junto às portas da Igreja de São Pedro e diante de Luís IV, o frade agostiniano Nicolau Fabriano perguntou quem, dentre o povo, queria defender o sacerdote Tiago Duèse, de Cahors, considerado por alguns como papa João XXII. Como ninguém tivesse se disposto a fazê-lo, então o frade alemão proferiu um discurso, primeiramente acusando João XXII de herege contumaz por contradizer os *Evangelhos* em dois pontos: um deles, ao negar que Cristo e os Apóstolos tinham vivido neste mundo em completa pobreza; o outro, ao extrapolar os poderes conferidos por Jesus a São Pedro, ao tê-lo estabelecido como seu vigário sobre a terra e, ainda, por ter cometido o crime de lesa-majestade ao anular a eleição imperial de 1314 [que o fez através da decretal *Si fratrum*, em 1317]. Em seguida, então, João XXII foi deposto pelo imperador Luís IV. Algum tempo depois, em 12 de maio, o Bávaro instalou uma comissão constituída por 13 pessoas, número esse emblemático, para elegerem um novo papa. O escolhido foi o menorita Pedro Rinalducci de Corvara, que adotou o nome de Nicolau V [...].[9]

Nesse ínterim, como já foi dito, em 26 de maio, Guilherme de Ockham e seus confrades, dentre eles Michel de Cesena, Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores, fogem de Avinhão e se dirigem a Pisa, onde chegam em 9 de junho; e aí permanecem à espera do Sacro Imperador:

> Luís IV e suas tropas chegaram em Pisa, em 21 de setembro de 1328. Aí ocorreram os primeiros encontros entre ele e Michel de Cesena [e também Guilherme de Ockham]. Foi aí também, e nessa mesma altura que, mediante o documento *Gloriosus Deus*, o imperador tornou a destituir João XXII, acusando-o dos crimes de heresia e de lesa-majestade. Entretanto, considerando esse documento um tanto superficial, Cesena e seus quatro amigos mais próximos [dentre eles Ockham] aconselharam o imperador a dar-lhe uma redação mais substantiva e contundente, tendo eles mesmos se disposto a fazer isso. O novo texto, *Cunctos Populos* [...], logo foi publicado e divulgado por toda a Itália setentrional, Alemanha e outras partes da Europa.[10]

---

[6] BALUZIUS, Stephanus; MOLLAT, Guillaume (Eds.). *Vitae Paparum Avenioensium*. Tome III. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1921, nº 77, pp. 433-450; SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII [tradução e estudo da fonte]. *In:* SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de; BAYONA AZNAR, Bernardo (Orgs.). *Igreja e Estado*: teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334). Braga: Axioma, 2016, pp. 261-304.

[7] Nas referências bibliográficas estão arroladas as edições críticas e as principais traduções.

[8] Convém notar que é dito explicitamente, no *Cunctos Populos*, que os decretos e as apelações do Sacro Imperador Ludovico IV da Baviera foram elaborados "[...] com o conselho e a aprovação dos mestres mais notáveis de Teologia, pertencentes à mesma Ordem [dos Frades Menores] [...]" (SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 296) – "[...] ac notabilium magistrorum in sacra pagina ipsius ordinis consilio et assensu [...]" (BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, p. 446). Guilherme de Ockham, como se sabe, era um dos integrantes desse seleto grupo de doutos franciscanos.

[9] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 268.

[10] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 269.

Em relação a esses eventos, que são centrais para o presente estudo, não só José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza os menciona, mas também Alessandro Ghisalberti e Léon Baudry:

> O encontro entre o grupo de franciscanos rebeldes e Luís da Baviera aconteceu em Pisa, onde o imperador chegou no dia 21 de setembro de 1328, após ser obrigado pelo povo a abandonar Roma. Miguel de Cesena induziu-o a publicar uma nova constituição, intitulada *Cunctos populos*, na qual declarava a deposição de João XXII, não mais por haver lesado os direitos imperais, como constava na constituição *Gloriosus Deus*, inspirada por Marsílio de Pádua, mas porque havia deposto a si mesmo ao cair em heresia. Tornados conselheiros de Luís da Baviera, sustentados pelo favor de reis e príncipes, seguidos por grande parte da ordem, os rebeldes sentiram-se fortes.[11]

A deposição papal ocorrida em Roma, em 18 de abril de 1328, teve como base documental o decreto imperial *Gloriosus Deus*[12], sendo com fulcro nesse mesmo decreto que, alguns meses depois, já em Pisa, o imperador reiterou a deposição realizada em Roma. Não obstante, ao ser examinado por Cesena, Ockham e demais frades dissidentes, o decreto *Gloriosus Deus* foi considerado demasiadamente brando e raso. Desse modo, foram esses próprios frades os responsáveis por reescreverem esse decreto (ou efetivamente escreverem-no de novo), corrigindo todas as suas lacunas. O segundo decreto, como bem o intitulou o seu editor (e o traduziu José Antônio de C. R. de Souza), trata-se de um "decreto do imperador corrigido", isto é, o *Cunctos Populos*[13], promulgado em Pisa, em 12 de dezembro de 1328, é uma versão corrigida do *Gloriosus Deus*, o qual, por sua vez, registra os eventos que se derem em Roma, em 18 de abril daquele mesmo ano.

O que nos interessa aqui, no entanto, é saber em que medida as ideias políticas de Guilherme de Ockham teriam influenciado e fundamentado a redação desse novo decreto e, por conseguinte, a ação política concreta do Sacro Imperador Romano-Germânico. Como afirma José Antônio de C. R. de Souza, a questão não é nada simples:

> Compartilham a autoria do decreto [*Cunctos Populos*], o imperador Luís IV, que o promulga e os franciscanos Miguel de Cesena, Bonagrazia de Bérgamo, Francisco de Ascoli, Henrique de Talhein e Guilherme de Ockham, mas, qual deles teve maior responsabilidade na redação é, aliás, um bom tema de investigação, cotejando-o com o *De paupertate Christi et apostolorum* do mencionado Bonagrazia de Bérgamo, com a *Apelação menor* de Miguel de Cesena, com o *Opus nonaginta dierum* do *Venerabilis Inceptor* e com a *Improbatio* de Francisco de Ascoli, sem prescindir, obviamente, das declarações do Capítulo de Perugia.[14]

Dessa maneira, não se pode asseverar categoricamente que as ideias de Ockham tenham sido as únicas a serem incorporadas ao decreto imperial. Como visto, seria necessário um estudo comparativo entre os escritos de todos os franciscanos envolvidos nesse debate teórico, incluindo ainda os documentos resultantes do Capítulo de Perugia, realizado em 1322 (o qual deu origem à polêmica acerca da pobreza). Tal estudo, todavia, extrapolaria o escopo do presente trabalho.

---

[11] GHISALBERTI, Alessandro. *Guilherme de Ockham*. Tradução de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 21. Léon Baudry, por sua vez, descreve os fatos com maior detalhamento: "Michel réussit alors à le convaincre [Louis de Bavière] que la constitution *Gloriosus Deus* par laquelle, le 18 avril, il avait prétendu déposer Jean XXII était insuffisante. Une nouvelle rédaction, qui la refondait de fond en comble, fut affichée, le 12 décembre, aux portes de l'église de Pise en même temps qu'un abrégé de l'appel du 18 septembre. Ce document présente un grand intérêt historique. Dans la constitution *Gloriosus Deus*, Louis de Bavière paraissait déposer le pape pour atteinte aux droits de l'empire et pour crime de lèse-majesté plutôt que pour crime d'hérésie et il semblait agir en sa qualité d'empereur plutôt qu'en celle de défenseur de la foi. Michel et ses compagnons n'étaient guère disposés à accepter cet empiétement radical du pouvoir temporel sur le domaine de la puissance spirituelle. Aussi la nouvelle constitution *Cunctos populos* commençaitelle par énumérer les hérésies de Jean XXII et constater qu'il avait, du fait de ses erreurs, perdu la dignité pontificale. L'empereur ne le déposait plus à proprement parler, il constatait et proclamait qu'il s'était en quelque sorte déposé lui-même. [...] Les mineurs prenaient dans les conseils de l'empereur la place tenue jusque-là par Marsile de Padoue. Ils trouvaient dans sa personne un protecteur sur la fidélité duquel ils pouvaient se croire en mesure de compter" (BAUDRY, Léon. *Guillaume d'Occam*: sa vie, ses œuvres, ses idées sociales et politiques. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1949, pp. 118-119).

[12] BALUZIUS, Stephanus; MOLLAT, Guillaume (Eds.). *Vitae Paparum Avenioensium*. Tome III. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1921, nº 76, pp. 425-433.

[13] BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, nº 77, pp. 433-450; SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, pp. 261-304.

[14] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, pp. 287-288. No que concerne ao *Opus nonaginta dierum*, conferir: OCKHAM, William of. *A Translation of William of Ockham's Work of Ninety Days*. 2 vols. Translated by John Kilcullen and John Scott. Lewiston: Edwin Mellen, 2001; CULLETON, Alfredo Santiago. A fundamentação filosófica do direito no pensamento político de Ockham a partir do *Opus nonaginta dierum*. *Veritas*, Porto Alegre, v. 51, n. 3, 2006, pp. 99-111.

Assim sendo, não pretendo aqui defender que somente o pensamento político ockhamiano esteja contido no *Cunctos Populos*. Minha intenção, ao contrário, é sustentar que, mesmo podendo ali haver ideias de outros franciscanos (as quais não é meu objetivo evidenciar), as concepções de Ockham poderão ser, com efeito, claramente encontradas nesse decreto. De fato, como já foi dito, uma comparação entre o *Cunctos Populos* e a *Opera Politica* do *Menorita Inglês* permitirá uma inegável constatação do teor ockhamiano do referido decreto. Neste momento, contudo, valho-me unicamente da *Epistola ad Fratres Minores*[15], pois considero que nessa obra estejam mais explícitas as ideias ockhamianas que podem ser identificadas no decreto imperial de Ludovico IV.

3 As heresias de João XXII e sua deposição automática

O decreto imperial *Cunctos Populos*, de acordo com José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza, pode ser dividido em cinco partes, as quais são precedidas de um prólogo duplo e sucedidas por um epílogo igualmente duplo. A razão de dois prólogos e dois epílogos é, justamente, que um prólogo e um epílogo se referem ao decreto anterior, o *Gloriosus Deus* (Roma, 18 de abril de 1328), e os outros dizem respeito ao decreto corrigido, o *Cunctos Populos* (Pisa, 12 de dezembro de 1328).

No primeiro prólogo, tem-se o remetente (ou seja, o autor oficial), que é o Sacro Imperador Ludovico IV da Baviera, e os destinatários, que são todos os eclesiásticos, todos os nobres e todos os súditos do Sacro Império Romano-Germânico. Ainda é explicitado, nesse prólogo, que o conteúdo central da discussão são as heresias cometidas por Tiago de Cahors, que se considera papa sob o nome de João XXII[16].

No segundo prólogo, são enfatizadas a catolicidade e a fidelidade de Ludovico IV à ortodoxia da fé apostólica, cujo fundamento último é Jesus Cristo, o Filho de Deus. Essa afirmação não é desprovida de propósito: o documento, desde o começo, já procura estabelecer uma clara distinção entre aqueles que são fiéis ao Evangelho e à Igreja e aqueles que teriam sido corrompidos pela heresia.

Na Igreja Católica Apostólica Romana, continua o texto, existem dois gêneros de pessoas: os leigos, a quem basta a fé e a observância do decálogo; e os religiosos, que buscando a perfeição cristã, devem praticar os conselhos evangélicos (ou seja, fazer os votos de pobreza, castidade e obediência). Em seguida, o autor discorre sobre a irrevogabilidade desses votos e sobre a heterodoxia daqueles que pretenderem revogá-los:

> [...] conforme a doutrina da santa Igreja Romana, esses três conselhos evangélicos são de tal modo essenciais a qualquer congregação religiosa perfeita que, contra eles, nem o Sumo Pontífice pode autorizar sua mitigação. Qualquer um que se opuser a esta crença, está distante da doutrina do Evangelho e se declara fora da Igreja. Esta é aquela doutrina da fé, contra a qual, conforme o Salvador profetizou no Evangelho dizendo que, próximo do final dos tempos, surgirão um pseudo-Cristo e pseudo-apóstolos e seduzirão muita gente, por intermédio daqueles hereges mentirosos que afirmarão que vêm no lugar de Cristo e dos seus Apóstolos e se levantarão contra a Igreja e a doutrina do Senhor [...].[17]

O Papa João XXII, com efeito, se opôs ferrenhamente ao voto de pobreza, tal como pretendido pelos franciscanos[18]. Dessa maneira, já que nem

---

[15] OCKHAM, Guillelmus de. *Epistola ad Fratres Minores*. *In: Opera Politica*. Volume III. Edited by Hilary Seton Offler. Manchester: Manchester University Press, 1956; OCKHAM, Guilherme de. *Carta aos Frades Menores*. Apresentação, tradução e notas de William Saraiva Borges. Prefácio e estudo complementar de Pedro Leite Jr. Curitiba: FASBAMPRESS, 2021.

[16] No que se refere ao Papa João XXII e seu embate com a Ordem Franciscana, conferir: SOUZA, Armênia Maria de. O Pontificado de João XXII (1316-1334). *In:* SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de; BAYONA AZNAR, Bernardo (Orgs.). *Igreja e Estado*: teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334). Braga: Axioma, 2016, pp. 211-260.

[17] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 290: "Que tria evangelica concilia secundum sancte romane Ecclesie doctrinam adeo sunt essentialia cuilibet religioni perfecte, ut contra ea nec summus pontifex possit licentiam indulgere. Huic confessioni huic fidei quicunque contradictor extiterit, alienum a doctrina evangelii, alienum se esse ab Ecclesia catholica judicavit. Hec est illa fides et doctrina, adversus quam, ut Salvator predixit in evangelio, circa finem seculi pseudochristi et pseudoapostoli consurgent et multos seducent, per eos hereticos mentientes se vicem gerere Christi et apostolnrum ejus et contra Ecclesiam et Christi doctrinam insurgentes insinuans, sed adversus eam non prevalituros, quia ipse rogavit, ut non deficiat fides ejus" (BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, p. 434).

[18] Sobre o problema da pobreza evangélico-franciscana, conferir as seguintes obras, nas quais o tema é amplamente abordado: DAMIATA, Marino. *Guglielmo d'Ockham*: Povertà e Potere. Vol. 1: Il problema della povertà evangelica e francescana nel sec. XIII e XIV

mesmo o Sumo Pontífice poderia mitigar esse voto, pode-se concluir que João XXII se afastou do Evangelho de Cristo e, saindo assim da Igreja Católica, se tornou um herege. É o que se afirma categoricamente na sequência:

> [...] nestes últimos tempos, o pseudopapa Tiago de Cahors que se nomeia a si mesmo João XXII, obcecado pela solicitude e pela ambição excessiva das riquezas deste mundo, [...] se insurgiu de maneira indigna contra esta salubérrima e preclaríssima verdade da fé cristã e da doutrina evangélica. E entre suas várias crenças, doutrinas, feitos e manifestações heréticas se atreveu, inclusive a promulgar três bulas abomináveis e a divulgá-las por todo o mundo, nas quais dogmatiza inúmeros erros que se opõem de muitos modos à mencionada fé católica e à doutrina e vida evangélica e apostólica.[19]

Em seguida, são nomeadas as três célebres bulas de João XXII: a *Ad conditorem canonum* (8 de dezembro de 1322)[20], a *Cum inter nonnullos* (12 de novembro de 1323)[21] e a *Quia quorundam mentes* (10 de novembro de 1324)[22]. Assim sendo, diante da pertinácia com que João XXII sustentou as doutrinas contidas nessas bulas, as quais, para o imperador e para os frades dissidentes, eram manifestamente errôneas e heréticas, não lhes restou alternativa senão apelar publicamente contra o seu autor, o "falso papa" Tiago de Cahors.

Alguns anos mais tarde, já em Munique, em sua *Epistola ad Fratres Minores*, uma carta aberta enviada ao Capítulo Geral de Assis (ocorrido na primeira quinzena de maio de 1334), Ockham escreverá:

> [...] passei quase quatro anos em Avinhão [de 1324 a 1328] antes de perceber que o pontífice caíra no abismo da heresia. Não estando, de fato, disposto a aceitar pacificamente a ideia de que um homem ao qual fora confiado um encargo assim prestigioso pudesse impor, como obrigatórias, afirmações heréticas, não me preocupei em ler nem em me apossar dos textos das suas decretais viciadas de heresia. Mas em seguida, tive a ocasião de ler e estudar com atenção, sob a ordem de um superior, três destas supostas constituições – que, na realidade, constituem danosas heresias – a *Ad conditorem*, a *Cum inter* e a *Quia quorundam*. Nelas encontrei um grande número de teses heréticas, errôneas, absurdas, ridículas, fruto da fantasia e privadas de qualquer lógica, todas igualmente contrárias à verdadeira fé, à moral, à razão natural, à certeza da experiência e à caridade fraterna. [...] Por essa razão, para colocar-me em condição de impugnar, do modo que me parecia mais apropriado, as teses desse herético, deixei Avinhão [em 26 de maio de 1328] mais do que com muito gosto e, dirigindo-me a Pisa, decidi aderir à *Apelação [maior]* que muito oportunamente Frei Miguel, ministro geral da Ordem [dos Frades Menores], tinha enquanto isso dirigido contra esse pseudopapa herético [...].[23]

– Origine del pensiero politico do Guglielmo d'Ockham. Firenze: Edizioni Studi Francescani, 1978; KILCULLEN, John. The Political Writings. *In:* SPADE, Paul Vincent (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 302-325; LAMBERTINI, Roberto. Difesa della povertà e teoria politica da Michele da Cesena a Guglielmo d'Ockham. *In: La povertà pensata*: evoluzione storica della definizione dell'identità minoritica da Bonaventura ad Ockham. Modena: Enrico Mucchi Editore, 2000, pp. 187-317; DE BONI, Luis Alberto. O debate sobre a pobreza franciscana como problema político nos séculos XIII e XIV. *In: De Abelardo a Lutero*: estudos sobre Filosofia Prática na Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, pp. 215-254; SHOGIMEN, Takashi. *Ockham and Political Discourse in the Late Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. O contexto histórico. *In: As relações de poder na Idade Média Tardia*: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham. Porto Alegre: EST; Porto: FLUP, 2010, pp. 11-63; ROBINSON, Jonathan William. *William of Ockham's Early Theory of Property Rights in Context*. Leiden: Brill, 2012; ZANELLA, Diego Carlos. O debate sobre a pobreza no pensamento político franciscano do século XIII. *Thaumazein*, Santa Maria, v. 5, n. 11, 2013, pp. 195-210; PEÑA EGUREN, Esteban. Ponto de partida: a disputa sobre a pobreza. *In: A Filosofia Política de Guilherme de Ockham*: a relação entre potestade civil e potestade eclesiástica – estudos sobre o *Dialogus, Pars III*. Tradução de Pedro Leite Junior e William Saraiva Borges. Pelotas: NEPFil-UFPel, 2020, pp. 138-189.

[19] SOUZA, Luis da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 290: "Porro istis diebus novissimis pseudopapa Jacobus de Caturcho, qui se papam Johannem XXII appellat, a sollicitudine et cupiditate nimia divitiarum hujus seculi, que teste evangelio verbum Dei suffocant, exsecatus adversus hanc saluberrimam et preclarissimam christiane fidei et doctrine evangelice veritatem nequiter insurrexit. Et inter sua ceterà dogmata, facta et gesta hereticalia etiam tria detestanda statuta publice edere et per universum mundum divulgare presumpsit, in quibus multos errores dogmatizat dicte fidei catholice et doctrine et vite evangelice et apostolice multipliciter adversantes. Quorum statutorum primum incipit *Ad conditorem*, secundum *Cum inter nonnullos*, tertium *Quia quorumdam*" (BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, p. 434).

[20] EUBEL, Conradus (Ed.). *Bullarium Franciscanum*. Tomus V. Romae: Typis Vaticanis, 1898, nº 486, pp. 233-246.

[21] EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, vol. V, nº 518, pp. 256-259.

[22] EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, vol. V, nº 554, pp. 271-280.

[23] OCKHAM, *Carta aos Frades Menores*, pp. 17-18, 25: "[...] fere quattuor annis integris in Avinione mansi, antequam cognoscerem praesidentem ibidem pravitatem haereticam incurrisse. Quia nolens leviter credere quod persona in tanto officio constituta haereses definiret esse tenendas, constitutiones haereticales ipsius nec legere nec habere curavi. Postmodum vero ex occasione data, superiore mandante, tres constitutiones seu potius destitutiones haereticales ipsius, videlicet *Ad conditorem*, *Cum inter* et *Quia quorundam*, legi et studui diligenter. In quibus quamplura haereticalia, erronea, stulta, ridiculosa, fantastica, insana et diffamatoria, fidei orthodoxae, bonis moribus, rationi naturali, experientiae certae et caritati fraternae contraria pariter et adversa patenter inveni: [...] ut impugnationi haeretici supradicti haeresumque suarum pro modulo meo vacarem, libentius de Avinione recessi, et civitatem Pisanam pergens appellationi fratris Michaelis, generalis ministri, contra pseudo-papam haereticum memoratum provide interiectae, adhaesi [...] (OCKHAM, *Epistola ad Fratres Minores*, *Opera Politica*, vol. III, pp. 6 e 10).

Após o duplo prólogo, na primeira parte do *Cunctos Populos*, são arrolados e refutados os cincos principais erros cometidos por João XXII nas referidas bulas. Em relação a outros três erros (que seriam os de número seis, sete e oito), apenas é feita uma referência à *Apelação menor*[24] de Michel de Cesena, na qual esses três erros estariam descritos detalhadamente.

O primeiro erro é este: no que se refere aos bens consumíveis pelo uso (comida, bebida, vestuário, calçados etc.), os frades e as freiras que professam o voto de pobreza não são *simples usuários* ou *detentores do simples uso de fato*, sem que lhes seja devido nenhum *direito de propriedade* ou *senhorio sobre esses bens*. O segundo erro é que o simples uso dos bens consumíveis, sem que haja direito de propriedade ou senhorio que o legitime, não é um uso, mas um abuso.

O terceiro erro é que a mera inexistência do direito de propriedade e do senhorio, quando os religiosos ainda mantêm o uso efetivo dos bens, não os torna mais pobres nem mais perfeitos. O quarto erro é que constituiu uma heresia afirmar que Jesus Cristo e seus Apóstolos não possuíram bens, seja individualmente, seja comunitariamente. O quinto erro é que o uso que Jesus Cristo e seus Apóstolos fizerem dos bens temporais tinha por fulcro unicamente o direto positivo (e não o direito natural).

Não cabe aqui uma análise dos erros e das heresias que teriam sido cometidos por João XXII[25], nem a réplica que lhe é interposta, pois o que está em jogo não é o conteúdo desses erros e dessas heresias, mas o fato do pontífice ter errado e ter se tornado herético; não estão em questão as razões pelas quais o papa tenha se tornado herege, mas unicamente que, sendo ele considerado um herético, está *ipso facto* privado do Papado. Após a apresentação e refutação das doutrinas de João XXII, o autor do *Cunctos Populos* conclui:

> [...] de tudo o que foi dito também resulta que João XXII estava de tal modo cego que condenou a si mesmo. De fato, na bula *Ad conditorem* ele sentencia e determina que nos bens que consomem com o uso, não há direito de uso, nem o uso é próprio deles, senão o abuso. Em tal bula, ele ainda assevera e determina que uma ação sem [alguém ter] o direito de uso, de modo algum pode ser justa e que afirmar o contrário deve ser considerado uma heresia e, dessa maneira, ele comprova que deve ser considerado um herege, devido à sua própria decisão.[26]

Dessa maneira, na segunda parte do decreto *Cunctos Populos*, é coligida a consequência que, inevitavelmente, se segue dos fatos relatados, a saber, que a condenação, a deposição e a excomunhão do Sumo Pontífice lhe foram impostas por ele mesmo (seriam *autossentenças*, nas palavras de José Antônio de C. R. de Souza[27]):

> [...] desde que [João XXII] começou a promulgar as preditas bulas heréticas, a divulgá-las publicamente e a defendê-las pertinazmente, caiu em heresia e, pela mesma razão, foi privado de toda dignidade, poder e autoridade eclesiástica e nem é preciso que seja acusado ou condenado por alguém, pois, assim está escrito no *Decreto [de Graciano]*, Causa 24: "Afirmamos que nenhum herege tem poder ou direito algum e todo aquele que cai numa heresia já condenada, se envolve a si próprio nessa mesma condenação". A *Glosa Ordinária* comenta a respeito: "Este é o caso que, por força do próprio direito, o papa também incorre no cânon da sentença dada pelo mesmo direito" e isto se opõe àquela regra: "um igual não poder absolver ou condenar a um igual", porque um papa herege é inferior a qualquer católico. [...] E a esse tal [João XXII], falando apropriadamente, não se lhe deve chamar apostólico, mas apostático, não só pelos clérigos, mas também pelos leigos e, inclusive com o apoio humano, é permitido afastar tal invasor da Sé Apostólica, posto que é um intruso e detentor ilícito da referida Sé Apostólica, posto que o evidente e notório não precisa do clamor de um acusador e se considera herege notório aquele que prega,

---

[24] EUBEL, *Bullarium Franciscanum*, vol. V, pp. 410-425.

[25] Na *Carta aos Frades Menores*, por exemplo, o *Venerabilis Inceptor* não elenca apenas oito erros ou heresias, mas cerca de 60 asserções errôneas ou heréticas.

[26] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 295: "Ex predictis etiam constat eum in tanta cecitate fore prolapsum, quod se ipsum dampnat. Nam in statuto *Ad conditorem* ut dictum est sententiat et diffinit, quod in rebus usu consumptibilibus non reperitur jus utendi nec ipisis uti contingit, sed abuti. Et hic asserit et diffinit, quod actus sine jure utendi non potest aliqualiter esse justus et quod oppositum dicere hereticum est censendum. Et sic se ipsum fore hereticum proprio judicio manifestat" (BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, pp. 443-444).

[27] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 286.

> professa e ensina publicamente contra a fé católica ou defende um erro.[28]

Esse é um dos trechos mais importantes do decreto *Cunctos Populos*, pois aí é aduzido o argumento central de todo o arrazoado (aquele que tem por fulcro o *Decreto de Graciano*), o mesmo argumento que também será alegado pelo *Venerabilis Inceptor* na *Carta aos Frades Menores* (bem como na *Primeira Parte do Diálogo*[29]). Com efeito, o *Decretum Gratiani*, ou *Concordia discordantium canonum*, obra compilada no século XII pelo monge camaldulense Graciano, nada mais é do que o *Código de Direito Canônico*[30] vigente no tempo de Ockham; daí sua importância canônica enquanto legislação juridicamente vinculante. Vejamos o trecho correspondente, extraído da *Carta aos Frades Menores*, para percebermos sua semelhança com o citado *Cunctos Populos*:

> Dei-me por conta, então, que as três decretais sobre as quais me detive estavam repletas de afirmações heréticas e errôneas – bem mais numerosas do que aquelas que citei – ao ponto que não recordo de jamais ter tido ocasião de ver um escrito assim breve, fosse ele obra de um herético ou de um pagão, que contivesse um número tão elevado de erros e heresias, sem que ali se mesclasse nenhuma verdade teológica ou filosófica. Assim, depois de ter observado que o autor desses textos tinha sustentado com decisão a necessidade de ater-se aos dogmas neles estabelecidos, não tive mais nenhuma dúvida acerca do fato de que ele caíra em heresia. Com efeito, sei que os hereges "não gozam de nenhum poder ou direito"[31] e, sendo automaticamente golpeados por uma sentença de excomunhão, devem ser evitados e combatidos com eficácia, quanto possível, por todos os fiéis, uma vez que "não se opor a um erro significa dar a ele o próprio assentimento"[32]. [...] Ora, em razão dos erros e das citadas doutrinas heréticas – as quais se acrescentam muitas outras – decidi subtrair-me à autoridade desse pseudopapa e de todos aqueles que, com grave dano para a verdadeira fé, o representam. De fato, é claríssimo para mim, graças ao ensinamento de homens de grande cultura, como, por causa das supramencionadas afirmações, esse homem deva ser considerado um herético e, enquanto tal, deva ser privado de toda autoridade e automaticamente excomungado, sem que seja necessária uma sentença específica. Com efeito, ele incorre, sem dúvida alguma, nas sanções previstas pelas leis promulgadas tanto pelos concílios gerais quanto pelos seus predecessores sobre a cátedra romana.[33]

Em um trabalho meu publicado há alguns anos, expliquei detalhadamente o argumento ockhamiano acima transcrito. Por essa razão, considerando que tal explicação me parece significativamente pertinente, julgo oportuno transcrevê-la aqui:

> O argumento do *Menorita Inglês* é silogístico e sua premissa maior é, com efeito, tomada do *Decreto de Graciano* [ou seja, o *Código de Direito Canônico*]. Trata-se de um princípio teológico-jurídico peremptório e inapelável, a saber: os hereges não gozam de nenhum poder e/ou direito e, pelo próprio fato de haverem

---

[28] SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, pp. 296-297: "Quamobrem ex quo incepit dicta hereticalia statuta condere et publice divulgare et pertinaciter defensare, in heresim est prolapsus et fuit omni ecclesiastica dignitate, auctoritate et potestate ipso facto privatus nec est necesse quod accusetur vel dampnetur per aliquem. Nam sicut legitur in decretis XXIIII cap.: 'Dicimus omnes hereticos nichil habere potestatis ac juris' et 'Quicumque in heresim dampnatam labitur, in ipsa dampnatione se ipsum involvit', ubi dicit glos. or.: 'Hic enim casus est, in quo etiam papa canonem late sententie incidit ipso jure'. Nec hiis obviat illa regula: 'Par parem non potest solvere vel ligare', quia papa hereticus minor est quocumque catholico. [...] Nec talis apostolicus sed apostaticus proprie loquendo dici debet licetque non solum clericis, sed etiam laicis talem apostolice Sedis invasorem etiam humano auxilio ab apostolica Sede repellere tanquam invasorem et illicitum detentorem. Manifesta etiam notoria clamore accusatoris non egent et manifestitus hereticus dicitur, qui contra fidem catholicam publice predicat, profitetur vel docet aut defendit errorem" (BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, pp. 446-447).

[29] OCKHAM, Guglielmo di. *Dialogo sul papa eretico*. Testo latino a fronte. Saggio introduttivo, traduzione, note e apparati di Alessandro Salerno. Milano: Bompiani, 2015.

[30] FRIEDBERG, Aemilius (Ed.). *Corpus Iuris Canonici*. Pars prior: *Decretum Magistri Gratiani*. Lipsiae: Ex Officina Bernhardi Tauchnitz, 1879.

[31] FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici – Decretum Magistri Gratiani*, Causa 24, questão 1, capítulo/cânon 31 (coluna 977): "Dicimus omnino omnes hereticos et scismaticos nil habere potestatis ac iuris".

[32] FRIEDBERG, *Corpus Iuris Canonici – Decretum Magistri Gratiani*, Distinção 83, capítulo/cânon 3 (coluna 293): "Error, cui non resistitur, approbatur, et ueritas, cum minime defensatur, obprimitur".

[33] OCKHAM, *Carta aos Frades Menores*, pp. 24 e 31: "Advertens itaque tres constitutiones praedictas haeresibus ac erroribus memoratis aliisque quampluribus esse respersas (ita ut non meminerim me umquam vidisse tam parvam scripturam cuiuscumque haeretici vel pagani, quae tot errores et haereses contineret, aut ita esset veritatibus theologicis vel philosophicis impermixta); attendensque actorem et omnia dogmatizata in ipsis definitive pronunciasse esse tenenda: ipsum esse haereticum nullatenus dubitavi. Propter quod, non ignorans omnes haereticos *nil potestatis aut iuris habere*, ac excommunicationis sententia innodatos et ab omnibus catholicis evitandos ac etiam, quantum licet pro statu cuiuscumque, efficaciter impugnandos, quia *error, cui non resistitur, approbatur: [...]* Propter errores et haereses suprascriptas aliasque innumeras, ab obedientia pseudo-papae omniumque sibi faventium in praeiudicium fidei orthodoxae me abigo. Est enim mihi per viros litteraturae egregiae evidenter ostensum, quod propter praedictos errores et haereses praedictus pseudo-papa haereticus, papatu privatus [et] excommunicatus ipso iure absque omni nova sententia est censendus, quia in canones latae sententiae tam generalium conciliorum quam summorum pontificum incidit manifeste" (OCKHAM, *Epistola ad Fratres Minores*, *Opera Politica*, vol. III, pp. 10 e 15).

> cometido heresia, estão excomungados. Ora, claramente se pode ver, Ockham fundamenta seu silogismo na autoridade da legislação canônica, a qual jamais poderia ser recusada por nenhum papa nem pela Cúria Romana [naquele momento instalada em Avinhão]. Como bom lógico, o *Venerabilis Inceptor* está ciente de que um argumento válido, sólido e irrefutável deve ser aquele que extrai conclusões verdadeiras de premissas verdadeiras (premissas que, além de serem verdadeiras, também devem ser aceitas pelo adversário que se pretende refutar). De fato, a premissa maior desse silogismo ockhamiano cumpre essas exigências: por força da coerência interna dos dogmas cristãos, se mostra verdadeira e, ademais, por ser princípio canônico, não pode ser rejeitada pelos eclesiásticos, fiéis leigos e/ou canonistas.
>
> Uma vez apresentada a premissa maior, é preciso expor em que consista a menor. Ora, [segundo Ockham,] João XXII cometeu gravíssimas heresias ao sustentar, dentre outras coisas, que Cristo e seus Apóstolos não haviam sido absolutamente pobres tal como, com base em numerosas passagens das *Escrituras Sagradas*, advogavam os Franciscanos *Espirituais* e, por conseguinte, o estado de vida pauperístico pretendido (e vivido) por esses frades não os tornaria mais perfeitos do que aqueles religiosos que não o fizessem. Em suma, ao rechaçar a autenticidade e a sublimidade da pobreza evangélico-franciscana, João XXII se tornara, inevitavelmente, um herege. [...]
>
> A conclusão [do *Venerabilis Inceptor*] é evidente: se João XXII se tornou um herege (premissa menor), dado que os hereges estão automaticamente excomungados e expropriados de seus direitos e poderes (premissa maior), então, ele não pode mais ser tido como um verdadeiro papa (conclusão). João XXII é, portanto, um pseudopapa, ou melhor, um usurpador que reivindica para si a Cátedra de Pedro, sendo que, ao cair em heresia, foi *ipso facto* destituído de seu múnus apostólico e excomungado da catolicidade de Igreja Romana. Nesse silogismo, contudo, além das premissas e da conclusão, é imprescindível aclarar a noção de heresia, a qual aqui desempenha o papel de termo médio. [...]
>
> De fato, [de acordo com o *Menorita Inglês*,] todo aquele que contradiz as *Sagradas Escrituras*, ao fazê-lo, incorre em heresia e, consequentemente, torna-se herege. Ora, João XXII, ao negar a pobreza de Cristo e dos Apóstolos, contradisse manifestamente os textos bíblicos, os quais atestam, em múltiplos passos, quão paupérrimo foi o *modus vivendi* do Filho de Deus e daqueles que primeiramente o seguiram e, assim, por consequência, tornou-se incontestavelmente um herege. Dado, com efeito, conforme o *Decreto de Graciano*, que os hereges (1) não gozam de nenhum poder e/ou direito, (2) estão excomungados e (3) devem ser combatidos, João XXII é, então, um pseudopapa, pelo que Ockham se julga absolutamente legitimado a subtrair-se de sua autoridade, a fim de poder debelá-lo com maior eficácia. [...]
>
> Em síntese, este é o argumento (silogismo) de Ockham: (1) premissa maior: os hereges, isto é, aqueles que contradizendo as *Sagradas Escrituras* comentem heresias (termo médio), estão automaticamente excomungados e destituídos de seus direitos e poderes; (2) premissa menor: João XXII, ao negar a pobreza de Cristo e dos Apóstolos, asseverada pelas *Sagradas Escrituras* e defendida pelos Franciscanos *Espirituais*, tornou-se um herege notório, isto é, cometeu uma manifesta heresia (termo médio); (3) conclusão: João XXII está excomungado e privado de seus poderes e direitos devendo ser considerado um pseudopapa e como tal combatido por toda a Cristandade.[34]

Alguém poderá objetar que, como a *Opera Politica* (1333-1347) de Ockham foi escrita depois do *Cunctos Populos* (1328), então não se poderia supor que as obras do *Venerabilis Inceptor* tenham influenciado o referido decreto. Ora, é um equívoco facilmente passível de esclarecimento: ocorre que, estando na companhia do Sacro Imperador, como seu conselheiro político, desde setembro de 1328, as ideias do *Menorita Inglês* foram acolhidas pelo monarca, a tal ponto que tenha sido o próprio Ockham, ainda que com a coparticipação de seus confrades, o responsável pela redação dos documentos emanados pela chancelaria imperial. Dessa maneira, o pensamento político de Ockham, gestado no intercâmbio intelectual com seus confrades dissidentes, foi incorporado aos decretos imperais, de modo que, cerca de cinco anos mais tarde, quando o *Venerabilis Inceptor* dá início à elaboração de sua *Opera Politica*, são essas mesmas concepções políticas que serão ali retomadas e, em alguns casos, aprimoradas.

Na terceira parte do decreto *Cunctos Populos*, são feitas muitas outras acusações contra João XXII, e os autênticos católicos (fiéis cristãos injustamente acusados de cometerem heresias) são conclamados a combaterem com vigor o pontífice (que seria o verdadeiro herege) e expulsá-lo da Sé Apostólica, pois omitir-se frente a um erro

---

[34] BORGES, William Saraiva. A noção de heresia e sua função no pensamento polêmico-político de Guilherme de Ockham. *In:* CORREIA, Adriano; PICH, Roberto Hofmeister; SILVA, Marco Aurélio Oliveira da (Orgs.). *Filosofia Medieval* – Coleção ANPOF XVII Encontro. São Paulo: ANPOF, 2017, pp. 278-291.

manifesto é o mesmo que aprová-lo. É como diz o ditado popular: "quem cala consente".

Na quarta parte, dando voz ao Sacro Imperador, o referido decreto sanciona, em termos jurídicos, a deposição de João XXII. Tecnicamente, não se pode dizer que Ludovico IV tenha deposto o pontífice, mas sim que proclamou a sua automática autodeposição (é o que o direito canônico denomina *canon latae sententiae*):

> [...] Nós, que fomos elevados ao cume da dignidade imperial por disposição divina, [...] não podendo nem querendo tolerar de maneira alguma tais e tão graves insolências, erros pestilentos, blasfêmias detestáveis, cismas, danos e perigos à Igreja Universal procedentes do mencionado herege Tiago, os quais são injúrias ao Criador e prejuízo do povo cristão, com base no conselho e na aprovação consensual do clero e do povo romano, dos prelados da Igreja e dos nossos príncipes, tanto dos alemães quanto dos itálicos, e da copiosa multidão dos fiéis que nos assistem, impelido também pelas inúmeras súplicas e petições que, com insistência, nos foram feitas muitas vezes [...]; súplicas e petições essas que estimamos admitir como razoáveis e feitas a favor da fé católica, as acolhemos, escrevemos, denunciamos, declaramos, pronunciamos e publicamos contra o referido Tiago de Cahors, como foi dito, desde o momento em que, afirmou notória e claramente, estatuiu e promulgou as mencionadas bulas contra a fé católica e, com suas forças, as defendeu pertinazmente e que, por esses motivos, ele foi e deve ser julgado um herege notório e manifesto e que, igualmente, foi privado tanto da dignidade pontifícia quanto de qualquer outra dignidade, poder e autoridade eclesiástica e, ainda, que está sujeito a todas as sentenças e penas proferidas pelas constituições canônicas e civis que foram prolatadas e estipuladas contra os hereges e que, na condição de herege notório e excomungado, ele deve ser evitado por todos os católicos. E apesar de continuar a agir como papa, o privamos e o depomos [de sua autoridade], ou melhor, declaramos que já foi deposto e privado da mesma e que todos os processos e punições e, tudo o mais que fez, por força da autoridade papal ou pontifícia, desde aquela ocasião, tais atos e feitos foram e são nulos e não têm nenhuma força, firmeza e validade.[35]

Na quinta parte, é terminantemente ordenado que o decreto seja cumprido em todos os recantos do Sacro Império Romano-Germânico, de modo que a nenhum súdito seja permitido obedecer e/ou favorecer a Tiago de Cahors, como se ele ainda fosse verdadeiramente o Sumo Pontífice. Além disso, ainda é estabelecido que a não observância do referido decreto, num prazo superior a um mês na Itália e dois meses no restante do Império, acarretará aos infratores a supressão de seus feudos e a extinção de todas as benesses e regalias nobiliárquicas outorgadas pelo Império.

Por fim, os dois epílogos com as tradicionais fórmulas com que se encerram os documentos de natureza jurídica: o primeiro deles faz referência a 18 de abril de 1328, ocasião em que, na cidade de Roma, diante das autoridades eclesiásticas e civis e dos fiéis e súditos, foi publicamente declarado deposto o Papa João XXII (pelo que se supõe tenha sido lido o decreto *Gloriosus Deus*); o segundo epílogo, que inicia ordenando a ampla publicização de todo esse processo e reiterando a completa ruptura que deverá ser observada no que tange ao herege Tiago Duèse, se refere propriamente ao *Cunctos Populos* (versão do decreto anterior devidamente corrigida por Ockham, Cesena e demais Franciscanos Dissidentes), o qual foi sancionado em 12 de dezembro de 1328, em Pisa, em cujas portas da catedral, para que por todos fosse conhecido, foi afixado por vários dias.

---

35 SOUZA, Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII, p. 298: "Nos igitur ad culmen imperialis dignitatis disponente Domino sublimati [...] non valentes neque volentes tales ac tam graves insolentias, errores pestiferos, detestabiles blasphemias et scismata et dampna ac pericola universali Ecclesie ex predicti Jacobi heretici erroribus et pravis oppositionibus eminentia in Creatoris injuriam et populi christiani pernitiem aliquatenus tollerare, de communi consilio et assensu cleri et populi Romani et Ecclesie prelatorum nostrorumque principum tam Alamannorum quam Ytalicorum et copiose multitudinis fideliuim nobis assistentium, inducti etiam ex pluribus supplicationibus et requisitionibus nobis cum instantia sepe factis [...], quas supplicationes et requisitiones tanquam rationabiles et in favorerem fidei catholice factas duximus admittendas, denunciamus et declaramus, pronuntiamus et publicamus prefatum Jacobum de Caturcho, ex quo ut dictum est contra fidem catholicam publice asseruit et statuit predicta et ea manifeste et notorie promulgavit et publicavit et pertinaciter pro viribus defensavit, fuisse et esse censendum hereticum notorium et manifestum et tam pontificali quam omni alia dignitate ecclesiastica, potestate et auctoritate privatum et omnibus sententiis et penis contra hereticos per constitutiones canonicas et civiles prolatis, statutis et impositis subjacere et ipsum Jacobum tanquam hereticum notorium et manifestum et excommunicatum ab omnibus catholicis evitandum. Et quia de facto se gerit pro papa, ipsum privamus et deponimus sive privatum et depositum nunciamus et omnes sententias et processus omniaque per ipsum auctoritate papali sive pontificali a dicto tempore citra facta et gesta nullos et nulla fuisse nulliusque roboris et firmitatis existere" (BALUZIUS; MOLLAT, *Vitae Paparum Avenioensium*, vol. III, pp. 448-449).

4 O teor ockhamiano do decreto *Cunctos Populos*

Diante do exposto, penso ter sido possível elucidar, ao menos minimamente, qual seja o teor ockhamiano do decreto imperial *Cunctos Populos*. De fato, ao monarca que o protegia, fisicamente, com seu exército e com sua espada, Guilherme de Ockham ofereceu suas palavras e seus escritos, defendendo-o assim, discursivamente, com sua caneta[36]. Em suma, as ideias políticas do *Venerabilis Inceptor*, já a partir de 21 de setembro de 1328, serviram aos propósitos práticos do Sacro Imperador, fundamentando e justificando sua conduta historicamente factual. Posteriormente, quando toda a corte imperial se instala na Alemanha, a partir de 1330, o *Menorita Inglês*, ruminando suas teorias e dando-lhes melhor refinamento filosófico, começa a redigi-las, colocando-as no papel, e após 90 longos dias de incessante labor, no ano de 1333, finalmente vêm à luz as primícias de todas as obras políticas ockhamianas: o *Opus nonaginta dierum*. Essa é, com efeito, a conclusão que se pode depreender da breve comparação aqui feita entre o decreto imperial *Cunctos Populos* (1328) e a concisa *Carta aos Frades Menores* (1334), enviada por Ockham aos seus confrades reunidos em capítulo, na cidade de Assis. No entanto, é no *Dialogus*, obra magna do pensamento político ockhamiano, nomeadamente na *Primeira Parte* (1333-1334), que encontraremos refinadamente afiadas todas aquelas armas com as quais, exaustivamente, o *Menorita Inglês* defendeu o imperador que o protegia.

Não se pode afirmar convictamente qual tenha sido a real participação de Ockham na redação do decreto *Cunctos Populos*, mas é inegável a semelhança textual entre os argumentos elaborados pelo *Menorita Inglês* em suas *Obras Políticas* e os argumentos contidos no referido decreto. Quem influenciou a quem? Ockham aos demais franciscanos? Os franciscanos a Ockham? O imperador aos franciscanos? Os franciscanos ao imperador? Todos se influenciaram mutuamente? Dificilmente se poderá responder, com exatidão, todas essas perguntas. No entanto, a importância fundamental desta análise, tendo como base a comparação entre o *Cunctos Populos* e a *Epistola ad Fratres Minores*, é mostrar que as ideias políticas ockhamianas (ou que se tornaram ockhamianas) saíram do papel e, na prática política, de alguma maneira, foram aplicadas historicamente.

Ockham não inventou essa politicidade da heresia, pois ela está textualmente expressa no *Decreto de Graciano*. Ockham também não foi o primeiro a considerar que João XXII havia se tornado um herege, já que outros o fizeram anteriormente. Ockham, todavia, acolheu essas ideias como suas, porque as aperfeiçoou e as incorporou em suas obras. Nesse sentido, não resta dúvida de que a noção ockhamiana de heresia, na prática histórica, tenha tido um caráter político, mesmo que, conceitualmente, tal noção política de heresia não tenha sido criada pelo *Menorita Inglês*, mas apenas abraçada e aprimorada por ele. Ockham também não inventou a *Navalha de Ockham*, por mais estranho que isso possa parecer, nem por isso a dita *Navalha* deixa de ser sua. A *Navalha de Ockham*, na verdade, é a *Navalha de Aristóteles*, pois foi o Estagirita o primeiro a formulá-la em sua *Física*. Todavia, pelo exímio uso que dela fez o *Venerabilis Inceptor*, incorporando-a ao seu próprio sistema filosófico e extraindo dela corolários que Aristóteles sequer cogitaria, entrou para a História da Filo-

[36] É interessante notar, nesse sentido, como o *Venerabilis Inceptor* enfatiza, na *Carta aos Frades Menores*, a importância da caneta ou pena (*calamus*) no enfrentamento a João XXII: "[...] sobre esse tema eu mesmo, por quanto me foi concedido pela minha limitada inteligência, escrevi de meu próprio punho cinquenta fascículos de vinte e quatro páginas cada um e pretendo acrescentar a esses ainda mais uns quarenta. Contra as teses errôneas desse pseudopapa 'tornei a minha face dura como a pedra', de modo que, até quando eu tiver mãos, papel, caneta e tinta, nada jamais poderá me impedir de impugnar e condenar os seus erros, nem as mentiras, nem as infames acusações, nem qualquer gênero de perseguição que não me atinja fisicamente, nem o número de fiéis que o representa e se une em sua defesa" (OCKHAM, *Carta aos Frades Menores*, p. 31). – "[...] et ego de haeresibus et erroribus memoratis et eis annexis de tenuitate ingenii mei scripsi manu mea quinquaginta sextemos de communi forma papyri, et adhuc habeo scribere quadraginta et amplius. Nam contra errores pseudo-papae praefati *posui faciem meam ut petram durissimam*: ita quod nec mendacia nec falsae infamiae nec persecutio qualiscumque, quae personam meam corporaliter non attingit, nec multitudo quantacumque credentium sibi aut faventium vel etiam defendentium me ab impugnatione et reprobatione errorum ipsius, quamdiu manum, cartam, calamum et atramentum habuero, numquam in perpetuum poterunt cohibere" (OCKHAM, *Epistola ad Fratres Minores*, *Opera Politica*, vol. III, p. 15).

sofia e da Ciência como a *Navalha de Ockham*[37]. Esse mesmo raciocínio, por analogia, se aplica à politicidade da noção ockhamiana de heresia.

O Sacro Imperador e os Franciscanos Dissidentes tinham um inimigo em comum: o Papa João XXII. O pontífice, com efeito, não reconheceu a legitimidade da eleição imperial e, ainda, reivindicou para si a administração do Império. Ademais, através de suas bulas, João XXII revogou os dispositivos que garantiam aos Frades Menores a observância de seu voto de pobreza (o simples uso dos bens, sem ter sobre eles nenhum domínio ou direito de propriedade). Dessa maneira, as aspirações políticas do imperador e os interesses jurídicos dos franciscanos, embora não estivessem em si relacionados, fizeram com que o monarca e os religiosos unissem suas forças no enfrentamento do inimigo comum. Assim sendo, o elo que poderia uni-los não foi outro senão o argumento de que João XXII era um herege e que, ao tornar-se herege, estava *ipso facto* destituído do Papado. Ora, se não era mais um pontífice legítimo, mas um usurpador da Cátedra de Pedro, consequentemente, suas investidas contra o Sacro Império seriam nulas, e suas bulas contrárias à Ordem dos Frades Menores, completamente inválidas.

Portanto, em termos práticos e concretos, na história franciscana e sacro-imperial, a concepção ockhamiana de heresia (ou que veio a ser assumida por Ockham) exerceu uma função política, haja vista que, através dessa argumentação, o Sumo Pontífice foi deposto e outro papa foi eleito para sucedê-lo. No desenrolar dos fatos, entretanto, João XXII permaneceu sendo o pontífice legitimamente canônico, e Nicolau V, o papa que foi investido pelo Sacro Imperador, entrou para a História da Igreja na lista dos antipapas. Esse fato, todavia, não tem relevância para a presente análise; o importante aqui é que, nas ações efetivas de Ludovico IV e na conduta de Ockham e dos Franciscanos Dissidentes, a autoridade política, eclesial e magisterial de João XXII não era reconhecida como legítima. Em suma, para o Sacro Imperador e para os Frades Menores que o aconselhavam, o Papa João XXII realmente estava deposto, condenado e excomungado, e isso com fulcro no argumento de que ele havia se tornado um herege ao opor-se à concepção evangélico-franciscana de pobreza.

O imperator, defende me gladio et ego defendam te verbo (calamo)! – Das muitas palavras que ganharam existência sob a pena de Guilherme de Ockham, com as quais ele defendeu o Sacro Imperador que o protegia com sua espada, a noção de heresia é, sem dúvida alguma, filosófica e politicamente, tão contundente e afiada quanto, política e belicamente, são eficazes e pungentes as armas de Luís IV da Baviera. A vida e a integridade física do *Venerabilis Inceptor*, de fato, foram salvaguardadas pela força político-militar do monarca; mas, em contrapartida, os fundamentos filosófico-políticos legitimadores das pretensões e das ações do Bávaro foram elaborados e oferecidos pelo *Menorita Inglês* mediante sua *Opera Politica*, mormente através da sua particular noção de heresia.

Referências bibliográficas

Opera Politica de Guilherme de Ockham

OCKHAM, Guillelmus de. *Opera Politica*. Volume I – *Octo quaestiones de potestate papae*, *An princeps*, *Consultatio de causa matrimoniali* e *Opus nonaginta dierum*, capitula 1-6. Edited by Hilary Seton Offler *et alii*. Manchester: Manchester University Press, 1940 (second edition, completely revised and reset, 1974).

OCKHAM, Guillelmus de. *Opera Politica*. Volume II – *Opus nonaginta dierum*, capitula 7-124. Edited by Hilary Seton Offler *et alii*. Manchester: Manchester University Press, 1963.

OCKHAM, Guillelmus de. *Opera Politica*. Volume III – *Epistola ad Fratres Minores*, *Tractatus contra Ioannem XXII* e *Tractatus contra Benedictum XII*. Edited by Hilary Seton Offler *et alii*. Manchester: Manchester University Press, 1956.

OCKHAM, William [of]. *Opera Politica*. Volume IV – *Compendium errorum Ioannis papae XXII*, *Breviloquium de principatu tyrannico*, *De imperatorum et pontificum potestate*, *Allegationes de potestate imperiali* e *De electione Caroli IV*. Edited by Hilary Seton Offler. Oxford: The British Academy; Oxford University Press, 1997.

[37] Conferir: BORGES, William Saraiva. A *Navalha de Ockham*: um princípio lógico de parcimônia. *Scintilla*, Curitiba, v. 19, n. 1, 2022, pp. 129-142.

OCKHAM, William of. *Dialogus – Part 1, Books 1-5* (*Opera Politica*, Volume V). Edited by John Kilcullen and John Scott. Oxford: The British Academy; Oxford University Press, 2020.

OCKHAM, William of. *Dialogus – Part 1, Book 6* (*Opera Politica*, Volume VI). Edited by George Knysh. Oxford: The British Academy; Oxford University Press, 2023.

OCKHAM, William of. *Dialogus – Part 1, Book 7* (*Opera Politica*, Volume VII). Edited by George Knysh. Oxford: The British Academy; Oxford University Press, 2023.

OCKHAM, William of. *Dialogus – Part 2; Part 3, Tract 1* (*Opera Politica*, Volume VIII). Edited by John Kilcullen, John Scott, Volker Leppin and Jan Ballweg. Oxford: The British Academy; Oxford University Press, 2011.

OCKHAM, William of. *Dialogus – Part 3, Tract 2* (*Opera Politica*, Volume IX). Edited by Semih Heinen and Karl Ubl. Oxford: The British Academy; Oxford University Press, 2019.

OCKHAM, William of. *Dialogus – Parts 1, 2 and 3*. Latin text and English translation. Edited by John Kilcullen, John Scott, George Knysh, Volker Leppin, Jan Ballweg, Karl Ubl and Semih Heinen under the auspices of the Medieval Texts Editorial Committee of the British Academy. Disponível em: https://publications.thebritishacademy.ac.uk/pubs/dialogus/ockdial.html. Acesso em: 25 jun. 2024.

Algumas traduções das *Obras Políticas* de Ockham

OCKHAM, William of. *A Translation of William of Ockham's Work of Ninety Days*. 2 vols. Translated by John Kilcullen and John Scott. Lewiston: Edwin Mellen, 2001.

OCKHAM, Guilherme de. *Brevilóquio sobre o principado tirânico*. Tradução de Luis Alberto De Boni. Introdução de José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza e Luis Alberto De Boni. Petrópolis: Vozes, 1988.

OCKHAM, Guilherme de. *Carta aos Frades Menores*. Apresentação, tradução e notas de William Saraiva Borges. Prefácio e estudo complementar de Pedro Leite Junior. Curitiba: FASBAMPRESS, 2021.

OCKHAM, Guglielmo di. *Dialogo sul papa eretico [Primeira Parte do Diálogo]*. Testo latino a fronte. Saggio introduttivo, traduzione, note e apparati di Alessandro Salerno. Milano: Bompiani, 2015.

OCKHAM, Guilherme de. *Obras Políticas – Tratado contra Benedito (livro VI)*, *Pode um príncipe*, *Consulta sobre uma questão matrimonial* e *Sobre o poder dos imperadores e dos papas*. Tradução, introdução e notas de José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza. Porto Alegre: EDIPUCRS; USF, 1999.

OCKHAM, Guilherme de. *Oito questões sobre o poder do papa*. Tradução, introdução e notas de José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza. Porto Alegre: EDIPUCRS; USF, 2002.

OCKHAM, Guilherme de. *Terceira Parte do Diálogo*. Tradução, introdução e notas de José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2012 [em verdade, 2016].

Demais referências bibliográficas

AMANN, Émile; VIGNAUX, Paul. Occam. *In: Dictionnaire de Théologie Catholique*. Tome XI – Partie 1. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1931, colunas 864-904.

BALUZIUS, Stephanus; MOLLAT, Guillaume (Eds.). *Vitae Paparum Avenioensium*. Tome III. Paris: Librairie Letouzey et Ané, 1921.

BAUDRY, Léon. *Guillaume d'Occam*: sa vie, ses œuvres, ses idées sociales et politiques. Tome I: L'homme et les œuvres. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1949.

BOEHNER, Philotheus. The life of Ockham. *In:* OCKHAM, William [of]. *The Tractatus de Successivis*. Edited by Philotheus Boehner. New York: The Franciscan Institute, St. Bonaventure University, 1944, pp. 1-15.

BORGES, William Saraiva. A *Navalha de Ockham*: um princípio lógico de parcimônia. *Scintilla*, Curitiba, v. 19, n. 1, 2022, pp. 129-142.

BORGES, William Saraiva. A noção de heresia e sua função no pensamento polêmico-político de Guilherme de Ockham. *In:* CORREIA, Adriano; PICH, Roberto Hofmeister; SILVA, Marco Aurélio Oliveira da (Orgs.). *Filosofia Medieval* – Coleção ANPOF XVII Encontro. São Paulo: ANPOF, 2017, pp. 278-291.

CULLETON, Alfredo Santiago. A fundamentação filosófica do direito no pensamento político de Ockham a partir do *Opus nonaginta dierum*. *Veritas*, Porto Alegre, v. 51, n. 3, 2006, pp. 99-111.

DAMIATA, Marino. *Guglielmo d'Ockham*: Povertà e Potere. Vol. 1: Il problema della povertà evangelica e francescana nel sec. XIII e XIV – Origine del pensiero politico do Guglielmo d'Ockham. Firenze: Studi Francescani, 1978.

DE BONI, Luis Alberto. O debate sobre a pobreza franciscana como problema político nos séculos XIII e XIV. *In: De Abelardo a Lutero*: estudos sobre Filosofia Prática na Idade Média. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003, pp. 215-254.

EUBEL, Conradus (Ed.). *Bullarium Franciscanum*. Tomus V. Romae: Typis Vaticanis, 1898.

FRAILE, Guillermo; URDÁNOZ, Teófilo. *Historia de la Filosofía*. Tomo II (2º) – Filosofía judía y musulmana. Alta escolástica: desarrollo y decadencia. Cuarta edicion. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos (BAC), 1986.

FRIEDBERG, Aemilius (Ed.). *Corpus Iuris Canonici*. Pars prior: *Decretum Magistri Gratiani*. Lipsiae: Ex Officina Bernhardi Tauchnitz, 1879.

GHISALBERTI, Alessandro. *Guilherme de Ockham*. Tradução de Luis Alberto De Boni. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KILCULLEN, John. The Political Writings. *In:* SPADE, Paul Vincent (Ed.). *The Cambridge Companion to Ockham*. Cambridge: University Press, 1999, pp. 302-325.

LAMBERTINI, Roberto. *La povertà pensata*: evoluzione storica della definizione dell'identità minoritica da Bonaventura ad Ockham. Modena: Enrico Mucchi Editore, 2000.

LA SACRA BIBBIA. Testo bilingue latino-italiano. *Nova Vulgata Bibliorum Sacrorum*, auctoritate Ioannis Pauli II promulgata – Editio typica altera 1998. *La Sacra Bibbia*, Conferenza Episcopale Italiana – Terza edizione 2008. A cura di Fortunato Frezza. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015.

LEITE JUNIOR, Pedro. Posfácio – O processo contra Ockham em Avinhão. *In:* OCKHAM, Guilherme de. *Carta aos Frades Menores*. Curitiba: FASBAMPRESS, 2021, pp. 37-48.

PEÑA EGUREN, Esteban. *A Filosofia Política de Guilherme de Ockham*: a relação entre potestade civil e potestade eclesiástica – estudos sobre o *Dialogus, Pars III*. Tradução de Pedro Leite Junior e William Saraiva Borges. Revisão de Bruna dos Santos Leite. Pelotas: NEPFil Online - UFPel, 2020.

ROBINSON, Jonathan William. *William of Ockham's Early Theory of Property Rights in Context*. Leiden: Brill, 2012.

SHOGIMEN, Takashi. *Ockham and Political Discourse in the Late Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SOUZA, Armênia Maria de. O Pontificado de João XXII (1316-1334). *In:* SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de; BAYONA AZNAR, Bernardo (Orgs.). *Igreja e Estado*: teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334). Braga: Axioma, 2016, pp. 211-260.

SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. *As relações de poder na Idade Média Tardia*: Marsílio de Pádua, Álvaro Pais e Guilherme de Ockham. Porto Alegre: EST Edições; Porto: FLUP, 2010.

SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de. Luís da Baviera de Wittelsbach e o Decreto *Cunctos Populos* de Deposição do Papa João XXII [tradução e estudo da fonte]. *In:* SOUZA, José Antônio de Camargo Rodrigues de; BAYONA AZNAR, Bernardo (Orgs.). *Igreja e Estado*: teorias políticas e relações de poder no tempo de Bonifácio VIII (1294-1303) e João XXII (1316-1334). Braga: Axioma, 2016, pp. 261-304.

TRITTHEMIUS, Iohannes. *De scriptoribus ecclesiasticis liber unus*. Coloniae: Ex Officina Petri Quentel, 1546.

VIER, Raimundo. Guilherme de Ockham: filósofo e teólogo franciscano. *In:* GARCIA, Antônio (Org.). *Estudos de Filosofia Medieval* – A obra de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes; São Paulo: USF, 1997, pp. 135-159.

ZANELLA, Diego Carlos. O debate sobre a pobreza no pensamento político franciscano do século XIII. *Thaumazein*, Santa Maria, v. 5, n. 11, 2013, pp. 195-210.

William Saraiva Borges

É Licenciado, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tendo atuado no Departamento de Filosofia da mesma instituição como Professor Substituto de Filosofia e como membro do Grupo de Estudos sobre Filosofia Medieval; é membro também do GT/ANPOF Filosofia na Idade Média e da Sociedade Brasileira para o Estudo da Filosofia Medieval (SBEFM).

Endereço para correspondência

William Saraiva Borges

Universidade Federal de Pelotas

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Rua Coronel Alberto Rosa, nº 154

Centro, 96010-770

Pelotas, RS, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.